

artigo 55 da Lei Orgânica da Assembleia da República, ou seja, directores-gerais, directores de divisão e de unidades autónomas equiparadas, nomeadamente, directores de divisão de Relações Públicas e Internacionais, directores de divisão de Apoio às Comissões de Trabalho e directores de Delegações Provinciais do Secretariado Geral, bem como ao pessoal afecto ao Gabinete do Presidente da Assembleia da República.

No domínio da gestão financeira e patrimonial

O Secretariado Geral deverá apresentar proposta sobre as tarefas de âmbito de gestão financeira e patrimonial passíveis de delegação.

Maputo, 23 de Junho de 2005. — O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Joaquim Mulémbwè*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Diploma Ministerial n.º 137/2005

de 13 de Julho

O Ministro do Interior, verificando ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 14 do Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, conjugado com o artigo 16 da Lei n.º 16/87, de 21 de Dezembro, e no uso da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 12 da Lei da Nacionalidade, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por reacquirição, a Fernando José dos Santos Paixão, nascido a 14 de Novembro de 1951, em Maputo.

Ministério do Interior, em Maputo, 21 de Junho de 2005.
— O Ministro do Interior, *José Condugua António Pacheco*.

Diploma Ministerial n.º 138/2005

de 13 de Julho

O Ministro do Interior, verificando ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 14 do Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, e no uso da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 12 da Lei da Nacionalidade, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Mahomed Asif Hassam, nascido a 28 de Dezembro de 1964, em Karachi — Paquistão.

Ministério do Interior, em Maputo, 9 de Maio de 2005.
— O Ministro do Interior, *José Condugua António Pacheco*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Despacho

O desenvolvimento do sector de água impõe que o País desenvolva capacidades de formulação de estratégias e de opções de desenvolvimento.

Esta capacidade deve ser autonomizada da actividade de implementação directa para ganhar a necessária eficácia e eficiência mantendo, no entanto, uma íntima relação de informação e apoio com os agentes implementadores.

Importa igualmente dar maior consistência às acções de planeamento estratégico a longo prazo, e preservar também a memória institucional, através de uma entidade especialmente vocacionada e que será gradualmente edificada.

No exercício da função atribuída na alínea d) do n.º 1 do artigo 3 do Decreto Presidencial n.º 8/95, de 25 de Dezembro, determino:

1. É criado o Gabinete de Instalação do Centro de Estudos de Desenvolvimento do Sector de Águas (CEDESA), abreviadamente designado "GIC".

2. O GIC funciona na Direcção Nacional de Águas a quem caberá, juntamente com as demais instituições do sector, apoiar a realização das acções decorrentes do exercício das competências do GIC e prestar toda a colaboração e informação para o efeito.

3. Ao GIC competirá, nomeadamente:

- a) Promover a criação e a entrada em funcionamento do CEDESA;
- b) Desenvolver acções de apoio ao planeamento a longo prazo, designadamente tomando por referências as Metas de Desenvolvimento do Milénio;
- c) Apoiar o planeamento e a formulação de estratégias de implementação para o desenvolvimento dos serviços de abastecimento de água e saneamento e desenvolver os instrumentos necessários à sua gestão sustentada;
- d) Apoiar o planeamento dos recursos hídricos, bem como no desenvolvimento do respectivo quadro legal e institucional e ainda no desenvolvimento dos mecanismos de gestão dos rios internacionalmente partilhados;
- e) Promover a criação de bases de dados que consolidem a memória institucional do sector de águas, garantindo um acesso fácil aos seus utilizadores;
- f) Prestar assessoria estratégica no domínio do sector de águas, ao Ministério das Obras Públicas e Habitação e nomeadamente à Direcção Nacional de Águas e às demais instituições tuteladas.

4. O GIC é administrado por uma comissão composta por três membros a designar por despacho do Ministro das Obras Públicas e Habitação.

5. O GIC deverá relatar regularmente sobre o seu desempenho ao Ministro das Obras Públicas e Habitação, a quem presta contas.

Maputo, 29 de Dezembro de 2003. — O Ministro das Obras Públicas e Habitação, *Roberto Colin Costley White*.